

Se estamos vivendo hoje a falta de água em São Paulo, um dos grandes motivos é o desmatamento do próprio estado, como V. Exa. disse, e da floresta amazônica.

A Assembleia Legislativa aprova o projeto, intensificando o desmatamento em nosso estado. É um contrassenso fora do normal o que vem acontecendo aqui, Sr. Presidente.

A Assembleia Legislativa, ao invés de aprovar projetos em defesa do Meio Ambiente, em defesa da água e em defesa do reflorestamento, aprova um projeto na contramão.

Agora, nós estamos vivendo essa grande crise ambiental, sobretudo, essa crise hídrica, que é produzida, Sr. Presidente. Ela é produzida e tem nome. A crise do abastecimento de água é resultado da omissão, da inércia e da incuria dos governos do PSDB no estado de São Paulo.

Essa é a verdade. Houve crime de responsabilidade e improbidade administrativa por conta dos governos Alckmin e Serra.

Primeiramente, desde 2004, na renovação da outorga do sistema Cantareira, existia um contrato. No contrato, um dos artigos, uma das exigências, era a construção de novos reservatórios e a captação de água de outros mananciais, de outras regiões.

A Sabesp, na época, tinha 30 meses para oferecer essas alternativas. Apresentaram um plano, tanto para construir novos reservatórios como também para captar água de outros lugares.

Isso nunca aconteceu. Não houve cobrança por parte das agências reguladoras e muito menos por parte do governo estadual, porque a Sabesp já estava semiprivatizada. A grande preocupação da Sabesp era vender água, ganhar dinheiro, ter lucro e canalizar uma boa parte desses lucros para os acionistas que investem na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Esse é um ponto.

O outro foi que, em 2009, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente formulou um documento, um relatório, um estudo, que foi elaborado por 200 cientistas, 200 especialistas, já prevendo a crise hídrica do estado de São Paulo - uma crise para 2015 e outra para 2018. Está no documento, que se chama "Cenários Ambientais - 2020".

O Governo não tomou nenhuma providência. Nenhuma providência foi tomada. Ou seja, nós estamos diante de um governo criminoso, omissivo, irresponsável e leviano, que coloca na frente do bem-estar da sociedade o interesse eleitoral, em primeiro lugar.

Já em 2013, o Governo sabia da crise do sistema Cantareira, que já estava em total processo de esvaziamento. Em 2014, nem se fala, mas o governador foi negando, negando, fraudando as declarações e escondendo da população o que vinha realmente acontecendo, para não comprometer a sua eleição e a sua imagem.

Estas eram as únicas preocupações do governador Geraldo Alckmin: não prejudicar a sua imagem, não prejudicar a sua reeleição e continuar canalizando os lucros da Sabesp - não para investimento na própria rede de abastecimento, mas para os acionistas. Foi isso o que ele fez. O governador Alckmin penhorou a água para ganhar a eleição. Foi isso o que aconteceu. Foi um crime, Sr. Presidente.

Então, a crise do abastecimento de água tem nome: Geraldo Alckmin. O nome é PSDB e o Alckmin tem que ser penalizado criminalmente pelo que fez e pelo que está fazendo, porque continua fraudando a opinião. Continua enganando a população. São declarações fraudulentas, emitidas quase diariamente pelo governo estadual.

Estamos no centro da crise. Há várias regiões já sem água. Os transtornos já estão sendo sentidos por toda a população. Há um impacto terrível na indústria, no comércio, na prestação de serviços, em todas as áreas - principalmente, em várias regiões da cidade de São Paulo e da Grande São Paulo. Mesmo assim, o governador não toma uma atitude. Não faz o rodízio. Não faz o racionamento.

Todos nós sabemos que não haverá chuva em quantidade suficiente para encher o sistema Cantareira. Então, o governador teria que economizar água para que nós pudéssemos atravessar o ano de 2015, pelo menos. Em vez disso, continua apostando na sorte e empurrando toda a população do estado de São Paulo para um grande precipício, para um grande processo de calamidade pública - talvez, sem precedentes na história do nosso Estado.

Foi por isso que entrei, na semana retrasada, com uma representação. Fui ao Ministério Público Estadual e protocolei uma representação, pedindo que o MP imputasse ao governador Geraldo Alckmin por crime de responsabilidade e por improbidade administrativa. Ele tem que ser punido, por ser um governante que faz isso com a água, que é um bem essencial.

Água não é mercadoria. Água é um direito fundamental do ser humano. É o direito à vida que está em jogo. Água é vida. E o governador penhorou a água para se reeleger. Não investiu os recursos da Sabesp na própria rede de abastecimento. Não tomou as medidas necessárias.

Faço a seguinte indagação: se o governador fez isso com a água, que é um direito fundamental, essencial à vida dos 42 milhões de habitantes do estado de São Paulo, o que será que não fez ou está fazendo, aprontando, com a Educação pública, com a Saúde pública e com a Segurança pública? Se fez isso com a água, que agora estourou, imaginem o que ele não está fazendo com as outras áreas - Educação, Saúde e Segurança pública.

Fica a pergunta no ar, para os telespectadores pensarem, refletirem, e para que a Assembleia Legislativa cumpra sua função de fiscalizar e denunciar o que vem acontecendo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão até as 16 horas.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 15 horas e 19 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 02 minutos, sob a Presidência do Sr. Luciano Batista.

O SR. PRESIDENTE - LUCIANO BATISTA - PTB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - LUCIANO BATISTA - PTB - Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahlão, por permuta com o nobre deputado Milton Leite Filho.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários, telespectadores da TV Assembleia, hoje venho a esta tribuna para comentar sobre a epidemia muito grande que assola minha cidade, Catanduva, a epidemia de dengue.

Catanduva, hoje, é uma das cidades do país que tem o maior número de incidência de dengue, que tem trazido desconforto, sofrimento, dor, preocupação e, infelizmente, mortes para a população da minha cidade. Estamos já com mais de, segundo dados oficiais, 2.500 casos. Só que os dados oficiais não correspondem à verdade. Isso é fruto da incompetência, da falta de cuidados, mas principalmente da falta de prevenção que o prefeito Geraldo Vinholi, do PSDB, durante dois anos não conseguiu colocar na cidade. De abril de 97 até abril de 98,

quando o Brasil vivia uma epidemia de dengue, Catanduva tornou-se o exemplo nacional de combate à dengue, sem nenhum caso sequer. O ministro da época, José Serra, tinha acabado de assumir o ministério e foi a Catanduva para saber quais eram as ações que a prefeitura estava tomando para chegar a esses resultados magníficos.

De fato, a cidade conseguiu, naquela ocasião, controlar a epidemia de dengue. Enquanto Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo tinham epidemias de dengue, Catanduva era um oásis no meio de uma contaminação generalizada, espalhada pelo país naqueles anos.

Hoje, nós vivemos a situação inversa, ou seja, Catanduva padece de uma epidemia sem precedentes na nossa história recente, com o maior número de pessoas atingidas. Tenho visitado os hospitais na cidade e conversado com os profissionais. Tenho visto o desespero dos profissionais que atendem as pessoas: não só dos médicos, mas também dos enfermeiros, auxiliares e das famílias que têm entes queridos sendo acometidos pela doença. São pessoas de idade e crianças que estão sofrendo.

Nossa cidade tem três hospitais e uma faculdade de medicina - não são poucos. Contudo, Catanduva não tem conseguido atender toda a demanda que está surgindo em função da epidemia que acomete a cidade. E não é por falta de dedicação dos nossos profissionais; os hospitais estão atendendo no seu limite, com a sua capacidade máxima. Contudo, eles não têm conseguido dar vazão às necessidades da população. Na UPA, recentemente instalada na cidade há pouco mais de um ano, o atendimento demora horas e horas, dado o número de pessoas infectadas.

Essas pessoas foram, estão sendo e serão infectadas, infelizmente, em função da falta de uma política pública na área de Saúde e da falta de prevenção. Na qualidade de deputada, não poderia ficar de braços cruzados.

Na semana passada, fomos ao Ministério da Saúde e conversamos com os técnicos mais especializados nessa área. Pedimos socorro e ajuda para a cidade de Catanduva e outras cidades do nosso Estado, como Tanabi, Guararapes e Neves Paulista.

Há outras cidades, mas eu não posso deixar de me referir à falta de responsabilidade e compromisso do prefeito que atualmente dirige Catanduva. No final do ano passado, ele gastou mais de dois milhões de reais na construção de inúmeros fontes luminosas e agora diz que não tem dinheiro para combater o foco do mosquito "Aedes aegypti". Isso porque o dinheiro foi gasto em obras absolutamente desnecessárias, em locais em que não deveriam ter sido gastos. O recurso público tem que ser gasto e bem utilizado com planejamento, competência, honestidade, responsabilidade e, sobretudo, em benefício da população.

Essa questão da dengue é uma tragédia anunciada. É possível prever que ela crescerá se não houver o combate e o enfrentamento efetivos, com a adoção de medidas como as visitas domiciliares.

Estamos todos cansados de saber como se combate o mosquito "Aedes aegypti". No entanto, há um crescimento disso exatamente pela adoção de ações irresponsáveis que não socorrem a população a tempo. No ano que se passou, a cidade deveria ter recebido um trabalho de prevenção. Isso não ocorreu, porque o prefeito de Catanduva, Geraldo Vinholi, preferiu atuar buscando a eleição de seu filho como deputado estadual - o que não ocorreu - a cuidar da Saúde, da Educação e de outras áreas importantes para os 118 mil habitantes que hoje fazem parte da cidade de Catanduva.

Além do Ministério da Saúde, que visitei na semana passada, também estou fazendo uma solicitação ao Ministério da Defesa. Estou enviando um ofício ao ministro Jaques Wagner e pedindo a ele a instalação de hospitais de campanha para poder socorrer a cidade. A cidade está ficando doente e nós não temos mais espaços para atender com um mínimo de dignidade as pessoas que precisam ser hidratadas, que precisam fazer exames de sangue, que precisam de acompanhamento; algumas precisam ser internadas. Esses hospitais de campanha podem, sim, ajudar e socorrer uma população que está precisando de ajuda.

Também estamos protocolando hoje, nesta Casa, um projeto que busca criar um fundo estadual de reserva para atuar exatamente nesses momentos de epidemias. São Paulo, apesar de ser o estado mais desenvolvido deste País, ainda enfrenta epidemias gravíssimas, e a dengue é uma delas. A dengue mata e vem matando pessoas na cidade de Catanduva. Essas vidas poderiam ter sido salvas se atitudes tivessem sido tomadas anteriormente, de forma preventiva, cuidadosa, responsável e planejada. Isso, infelizmente, não ocorreu.

Então, temos agora que correr atrás do prejuízo. Eu, na qualidade de deputada estadual, também tenho que fazer a minha parte e o que estou fazendo é usar esta Casa e pedir aos nossos companheiros deputados e deputadas que possam avaliar esse projeto, para que tenhamos um instrumento eficaz e importante no momento de uma epidemia como esta, não só em Catanduva, mas também em outras cidades, e que assim o Governo do Estado possa socorrer os municípios, transferindo a eles recursos capazes de fazer esse enfrentamento.

Não adianta buscar soluções mágicas nesta hora. Não adianta, como faz o prefeito, de uma forma incompetente e inepta, buscar pessoas da administração municipal que não têm capacitação e treinamento para essa finalidade e, de forma coercitiva e com muito assédio, levar essas pessoas para as ruas, para que elas façam as visitas e tentem instruir e orientar a população. Isso não é possível, isso deve ser feito por técnicos, por agentes especializados, treinados, capacitados, que estejam de forma permanente trabalhando nesta área.

Quando queremos erradicar algum comportamento, quando queremos erradicar alguma doença, quando queremos erradicar algo de nossas vidas, temos que fazer campanhas educativas e de orientação de forma permanente. Não é atuando de maneira eventual que conseguiremos impedir e diminuir este tipo de incidências e de doenças sobre a população.

Fica aqui uma lição para aqueles que não sabem conduzir esse processo como ele deveria ser conduzido: com muita capacidade, com muita responsabilidade. É preciso aprender, Sr. Presidente, que governar é estabelecer prioridades, e "prioridade" significa cuidar da saúde da população. Nada é mais prioritário do que isso; nada é mais prioritário do que salvar vidas; nada é mais prioritário do que criar condições, nos municípios, para poder fazer com que a população tenha um atendimento adequado e digno no momento em que ela mais precisa. Hoje, a população de Catanduva pede socorro.

Por meio do nosso mandato aqui na Assembleia Legislativa, estamos desenvolvendo várias ações para poder ajudar a população da minha querida cidade de Catanduva, mas não só de Catanduva. Esperamos que este projeto que estamos apresentando e protocolando hoje nesta Casa possa servir também de proteção às dezenas de cidades que hoje sofrem com o avanço do mosquito aedes aegypti.

Espero que falas como estas possam ser reproduzidas por outros colegas desta Casa, mas mais do que reproduzidas, possam ser incorporadas por dirigentes para que eles, quem sabe, aprendam e tenham o mínimo de responsabilidade para cuidar da Saúde da população do nosso estado.

O SR. JOSÉ BITTENCOURT - PSD - Sr. Presidente, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE - LUCIANO BATISTA - PTB - O pedido de V. Exa. é regimental, pelo que a Presidência suspende os trabalhos até as 16 horas e 45 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 15 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 47 minutos, sob a Presidência do Sr. Chico Sardelli.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Campos Machado e suspende a sessão por 10 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 47 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas, sob a Presidência do Sr. Chico Sardelli.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Campos Machado e suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 17 horas, a sessão é reaberta às 17 horas e 17 minutos, sob a Presidência do Sr. Chico Sardelli.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, houve acordo entre as lideranças, no sentido de dar por discutido o Projeto de lei nº 1 da Pauta por mais meia hora, completando portanto duas horas e 30 minutos de discussão.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, de fato há acordo em mais 30 minutos, mas acho que tem apenas uma hora e meia de discussão e agora mais 30 minutos, completando duas horas de discussão hoje.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vou suspender a sessão por um minuto por conveniência da ordem.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 17 horas e 18 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 19 minutos, sob a Presidência do Sr. Chico Sardelli.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, se o número correto é uma hora e meia de discussão, retifico minha colocação. E com a meia hora de hoje, vamos para duas horas. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a Mesa um requerimento, nos termos do Art. 170, III, e parágrafo único, da XIV Consolidação do Regimento Interno, para a não realização de sessões ordinárias nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro:

"Considerando o peculiar momento vivido pela Nação brasileira, em comemorações e festejos do carnaval, solicitamos a não realização de sessões nos dias suprarreferidos para que os Srs. Deputados, Sras. Deputadas e funcionários tenham a possibilidade de participar dos eventos em suas respectivas cidades." Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.

11 DE FEVEREIRO DE 2015

8ª SESSÃO ORDINÁRIA

DO PERÍODO ADICIONAL

Presidentes: JOOJI HATO, SEBASTIÃO SANTOS, MILTON LEITE FILHO, CHICO SARDELLI, DILADOR BORGES e ROBERTO MASSAFERA

Secretário: ULISSES SALES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - UEBE REZECK Reflete sobre os problemas da saúde que afetam a população brasileira. Fala do SUS. Considera insuficientes os recursos destinados ao setor. Relata as dificuldades de atendimento nas unidades básicas de saúde. Presta homenagens póstumas ao ex-ministro da Saúde Adib Jatene. Comenta o programa de adoção dos médicos cubanos. Questiona a abertura de cursos de Medicina. Considera demagógicas certas medidas, como o aumento de especialidades, quando falta o atendimento básico. Propõe que a bancada médica desta Casa estude a questão e proponha soluções.

3 - WELSON GASPARINI Comenta o pronunciamento do deputado Uebe Rezek. Elogia a atuação do governador Geraldo Alckmin. Cita reportagem, da "Folha de S. Paulo", sobre escola estadual de Ribeirão Preto, que não estava devidamente preparada para funcionar, por falta de pessoal. Informa que mais três unidades devem ser instaladas na região, esperando nelas a estrutura adequada. Lamenta a violência nas escolas. Pede solução rápida para as questões burocráticas do setor. Pede que o próprio Executivo inaugure as escolas. Cita benefícios para a região, como a inauguração de oito viadutos e faculdade de tecnologia.

4 - SEBASTIÃO SANTOS Argumenta que a agricultura vive momentos difíceis, por falta de investimentos. Relata visita à cidade de Flora Rica, quando tomou conhecimento, com autoridades do município, sobre problemas do setor. Informa que a Associação de Agropecuária e Agricultura do município estava, há 14 anos, sem trator, dificultando o trabalho dos pequenos agricultores. Comunica que o governo federal enviou equipamentos para a região, mas se esqueceu dos trabalhadores simples do campo. Acrescenta que a tecnologia no setor tem atraído os jovens. Cita problemas pontuais da agroindústria. Argumenta que a organização

dos vários setores agrícolas pode favorecer, também, os presidentes locais.

5 - LUIZ CARLOS GONDIM Cita manifestação de agricultores, da região de Mogi das Cruzes, que paralisaram a estrada SP-88, em 11/02, em razão do fechamento de bombas de água. Relata os problemas enfrentados pela categoria. Afirma que o fato gerou o aumento no preço de verduras, como a alface. Relata a necessidade de campanhas de esclarecimento da sociedade quanto ao consumo de água. Informa que são 2.800 agricultores, que merecem olhar diferente por parte do Governo. Mostra camiseta, de 2004, do bloco "Vai Quem Quer", já sobre a economia da água. Cita tratativas sobre a questão. Relata dificuldades burocráticas na outorga da água.

6 - LECI BRANDÃO Recorda notícias negativas sobre os políticos, especialmente, os deste Legislativo. Informa a possível votação, hoje, do projeto que trata do passe livre. Reflete sobre as conversações sobre a matéria, por longos anos. Elogia e comenta artigo de Ruy Castro, intitulado "Cultura Subtraída". Manifesta-se contrária à privatização da Petrobras.

7 - SEBASTIÃO SANTOS Assume a Presidência.

8 - JOOJI HATO Lembra problemas na educação, saúde, segurança e crise hídrica. Relata visita, nesta manhã, na Av. dos Bandeirantes, com o viaduto República da Armênia, onde ocorre arrastões praticados por menores. Lamenta o fato. Tece considerações sobre as Forças Armadas que, adita, poderia auxiliar no combate à violência. Pleiteia blitz do desarmamento. Comenta a crise hídrica, em paralelo com inundações em cidades da Baixada Santista. Fala da necessidade de água para os agricultores do "cinturão verde" paulistano.

9 - MILTON LEITE FILHO Assume a Presidência.

10 - LUIZ CARLOS GONDIM Para reclamação, continua a comentar os problemas dos agricultores, que, acrescenta, sentiram-se enganados pelo DAE. Faz apelo ao Governo do Estado para que estude a questão da categoria. Fala da possível demissão de vinte mil pessoas. Adita que a questão precisa de solução rápida.

11 - RAFAEL SILVA Afirma que a natureza reage às ações humanas. Lembra que a umidade das árvores gera as chuvas. Considera criminoso o desmatamento na Amazônia. Comenta os efeitos negativos nas demais regiões do País. Tece considerações sobre a seca que, pode gerar áreas desérticas. Informa que políticos recebem ajuda de usineiros e empresários. Combate o corte de árvores nas proximidades de nascentes. Repudia aqueles que agridem o meio ambiente. Reflete sobre as dificuldades da água para a Grande São Paulo. Ressalta a responsabilidade das autoridades públicas quanto ao tema.

12 - RAFAEL SILVA Requer a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, com anulação das lideranças.

13 - PRESIDENTE MILTON LEITE FILHO Defere o pedido. Suspende a sessão às 15h30min.

14 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h33min. Convoca as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para uma reunião conjunta, a realizar-se hoje, às 18 horas.

15 - JOÃO PAULO RILLO Pelo art.82, informa aos cidadãos presentes nas galerias que hoje deve ocorrer a votação de projeto de lei em benefício do uso gratuito, do transporte público, por estudantes. Comenta os 35 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores. Faz considerações históricas a respeito de sua atividade no partido. Lamenta o desgaste da imagem do PT, que, a seu ver, decorre de críticas da direita brasileira.

16 - JOÃO PAULO RILLO Pelo art.82, defende a conduta da presidente Dilma Rousseff na condução do desenvolvimento do País. Opina sobre o elevado preço do petróleo e a consequente necessidade de reajuste dos combustíveis. Crítica a Sabesp pela forma como administra a água no Estado. Citou frase de Van Gogh acerca da honra e da coragem.

17 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO Para reclamação, informa que a bancada do PT é favorável à aprovação do "Passe Livre" para estudantes. Lamenta que no bojo do projeto de lei sobre a matéria há disposição legal que reduz em 40% a frota do transporte escolar.

18 - DILADOR BORGES Assume a Presidência.

19 - ROBERTO MORAIS Requer a suspensão da sessão até as 18 horas e 20 minutos, por acordo de lideranças.

20 - PRESIDENTE DILADOR BORGES Defere o pedido e suspende a sessão às 16h51min.

21 - ROBERTO MASSAFERA Assume a Presidência e reabre a sessão às 18h24min.

22 - MILTON LEITE FILHO Solicita a suspensão da sessão por dez minutos, por acordo de lideranças.

23 - PRESIDENTE ROBERTO MASSAFERA Defere o pedido e suspende a sessão às 18h24min.

24 - DILADOR BORGES Assume a Presidência e reabre a sessão às 18h39min. Convoca os Srs. Deputados para sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas.

25 - FRANCISCO CAMPOS TITO Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

26 - PRESIDENTE DILADOR BORGES Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 12/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, hoje com início às 19 horas. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convivo o Sr. Deputado Ulisses Sales para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - ULISSES SALES - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

